



Comitê de Representantes

Aprovada na 1197ª sessão

ALADI/CR/Ata 1181
14 de agosto de 2014
Horário: das 10h15m às 11h42m

ATA DA 1181ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 1175ª sessão.
 4. Relatório da coordenadora da Reunião de Representantes Alternos relativo à preparação da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros.
 5. Relatório da coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas relativo aos resultados da III Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Estatística de Comércio de Serviços.
 6. Assuntos diversos.
 - Apresentação da Representação do México sobre as reformas estruturais aprovadas pelo Congresso da União.
 - Convocatória da VI Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8.
-

Preside:

AÍDA GARCÍA NARANJO MORALES

Assistem: Juan Manuel Abal Medina, Rubén Javier Ruffi, Pablo Ducros (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Maria da Graça Nunes Carrion, Roberto Goidanich, Rodrigo de Macedo Pinto, Pedro de Andrade (Brasil), Eduardo Francisco Contreras Mella, Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia), Igor Azcuy González (Cuba), Gustavo Anda Sevilla (Equador), Felipe Enríquez Hernández, Alejandro de la Peña Navarrete, Oscar Ricardo Gallegos Sánchez, Diana Morales Robles, José Alberto Martínez Dávila (México), Bernardino Hugo Saguier Caballero, Raúl Cano Ricciardi, Miguel Ángel López Arzamendia, Pedro Villalba (Paraguai), Aída García Naranjo Morales, María de Fátima Trigoso Sakuma, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Juan Carlos Gómez Urdaneta (Venezuela).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretário: César Llona, Pablo Rabczuk

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Sejam bem-vindos a esta nova sessão do Comitê de Representantes da ALADI. Damos início à sessão ordinária N° 1181.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... Foi apresentada a ordem do dia desta nova sessão, que se realiza logo após a sessão da terça-feira 15 de julho e que colocamos agora à consideração.

México.

Representação do MÉXICO (Felipe Enríquez Hernández). Cara amiga e presidente do Comitê de Representantes, tenho duas observações, a primeira: solicitar que na ordem do dia possa ser incluída uma apresentação a ser realizada pelo México sobre as reformas estruturais aprovadas recentemente pelo Congresso da União do meu país; a segunda: incluir a convocatória da próxima reunião do Acordo Regional N° 8. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. A Delegação do México já tinha nos sugerido isto. Vamos propô-lo em Assuntos Diversos. Porém, consideramos o assunto incorporado à Ordem do Dia, no item referido a Assuntos Diversos. Muito obrigada, Embaixador, muito amável.

Damos por aprovado o conjunto da Ordem do Dia, incluindo o relatório que o México quer apresentar e a proposta relativa ao tema do Acordo Regional N°8. Muito obrigada.

2. Assuntos em Pauta

...Passamos ao ponto N° 2, referido a Assuntos em Pauta. Oferecemos a palavra ao secretário-geral para informar sobre o conjunto dos Assuntos em Pauta. Estão todos em suas pastas, apresentaremos os mais relevantes.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Embaixadora. No documento em pastas dos senhores representantes são mencionados os assuntos que corresponde ingressar, dentre os quais se destacam: Nota da Representação do Brasil, comunicando a designação do segundo secretário Adriano Botelho a partir de 14 de julho de 2014; Nota da Representação Permanente da Venezuela, comunicando as designações do conselheiro Francisco Rafael Navarro González, do segundo secretário Carlos Daniel Delgado Urbina e da segunda secretária Leticia Coromoto Pérez Sanz, todos a partir de 8 de julho de 2014. Damos calorosas boas-vindas aos novos funcionários.

Por outro lado, recebemos contribuições ao orçamento da Associação do México, por transferência bancária do dia 23 de julho de 2014, pelo montante de US\$ 836.694,00, correspondente ao cancelamento da contribuição 2014; e da Argentina, que já tinha sido anunciado por ocasião da incorporação do embaixador Abal Medina, por transferência bancária de dia 3 de julho de 2014, pelo montante de US\$ 836.939,00, correspondente ao cancelamento da contribuição do ano 2014 e como pagamento parcial do ano 2015 por US\$ 245,85. Agrademos muito as contribuições.

Ofereço a palavra à presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, senhor Secretário-Geral. Adiro às palavras de boas-vindas aos novos funcionários e, claro, de agradecimento pelas contribuições.

3. Consideração da ata correspondente à 1175a sessão.

... Passamos ao ponto 3 de nossa agenda: consideração da ata correspondente à ata sessão N° 1175, sessão ordinária do CORE. Coloca-se à consideração.

Queremos comentar que a Secretaria recebeu pequenas observações de forma por parte da Representação da Argentina. Não havendo outras observações de outras Delegações, dá-se por aprovada a ata correspondente à sessão N° 1175 do Comitê da ALADI.

4. Relatório da coordenadora da Reunião de Representantes Alternos com relação à preparação da Décima Sétima Reunião do Conselho de Ministros.

... Passamos ao quarto ponto, referido ao “Relatório da coordenadora da Reunião de Representantes Alternos”, ministra conselheira Fátima Trigoso, com relação à preparação da XVII Reunião do Conselho de Ministros, não sem antes fazer uma pequena introdução.

Desde o anterior Comitê de Representantes realizado na terça-feira 15 de julho, até o dia de hoje, a ministra conselheira Fátima Trigoso, em sua qualidade de representante alterna, faz um relatório da terceira à décima reunião do conjunto de processos e metodologias produzidas nestas reuniões de trabalho, do conjunto de resoluções submetidas à consideração e daquelas que receberam consenso e do processo de formulação deste trabalho encomendado ao conjunto de Representantes Alternos.

Pessoalmente, quero parabenizá-la por este trabalho, porquanto nos declaramos em sessão permanente. Foi muito importante que neste período tenham se realizado um total de dez reuniões de alternos da ALADI e que amanhã seja realizada a décima primeira reunião de alternos, justamente para avançar da melhor maneira possível no conjunto das reuniões.

Porém, também quero assinalar que, além da reunião de alternos, em minha qualidade de presidente do Comitê de Representantes, compareci com o assessor da Secretaria-Geral, Ricardo Mitre, e com María Clara Gutiérrez, do Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação, a uma reunião com o diretor de Protocolo, Daniel Azconegui, na Chancelaria uruguaia. Foi uma reunião muito cordial em que conversamos dia 31 de julho. Considero importante informar disto ao Comitê de Representantes. Esta reunião teve os seguintes objetivos: resolver a comunicação que o SOFITEL enviou à ALADI para comunicar que era impossível realizar simultaneamente a reunião da ALADI e a reunião da UNASUL no local SOFITEL em Carrasco. É por isto que se realizou uma reunião na Chancelaria para determinar a sede da sessão do XVII Conselho de Ministros da ALADI. Isto nos trouxe uma grata e especial notícia, que alguns representantes já tinham proposto, que a sessão de ministros da ALADI fosse realizada em nossa própria sede. Para nós, sem dúvidas, era uma notícia muito boa, apesar de que a direção de protocolo complicava os assuntos logísticos.

Consideramos muito importante que isso fosse realizado e, portanto, quisemos marcar uma reunião com o diretor de Protocolo e discutir com ele assuntos de transporte, de logística, de segurança e de imprensa. Estes quatro assuntos foram abordados na reunião de trabalho que teve lugar no Palácio Santos em 31 de julho.

Em primeiro lugar, quanto aos assuntos de transporte, é a Chancelaria uruguaia que se encarrega dos transportes do conjunto das autoridades que participarão da nossa cúpula. Por motivos de segurança, é importante saber e conhecer que não todas as delegações pensaram em receber seus representantes no Hotel Sofitel Carrasco. Alguns contrataram suítes presidenciais em outros hotéis e, portanto, a Chancelaria, desde os diferentes hotéis onde estiverem instalados os mandatários trarão as autoridades à sede da ALADI e, depois da sede da ALADI serão trasladados todos juntos, numa grande van especial para as autoridades, ao Hotel Sofitel Carrasco. Isto, em primeiro lugar, com relação ao traslado.

Em segundo lugar, quanto à segurança, é o Ministério do Interior, em coordenação com a Chancelaria e com as autoridades uruguaias, que se encarrega do recebimento das autoridades e da garantia da segurança, tanto deste local quanto do traslado do conjunto de nossas autoridades.

Em terceiro lugar, foi estabelecido um mecanismo de segurança no próprio local da ALADI, onde uma equipe de segurança velará pela segurança das instalações, atividade para a que a ALADI já está preparada, já que têm sido realizadas múltiplas atividades que mereceram esse tipo de ações nesta sede.

Em quarto lugar, foram abordados assuntos de imprensa sabendo que a mídia estará no momento da instalação, não no momento das sessões, e que isto estará limitado no momento final porque os ministros, as autoridades, os chanceleres, os plenipotenciários deverão sair rapidamente ao Hotel Carrasco.

Depois disso, tratamos dos assuntos de horários. A Chancelaria nos solicitou muito especialmente que os horários foram estritos a fim de não retrasar a Cúpula da UNASUL. Agradecemos e reiteramos nosso especial agradecimento à Chancelaria

uruguaia, que manifestamos através do embaixador do Uruguai para comunicar a sua excelência o chanceler, e que cortesmente teve a melhor das disponibilidades para que as duas atividades se façam no mesmo dia, uma, de manhã cedo, pontualmente; e a outra, depois de terminada a sessão da ALADI, entendendo que podíamos estar encerrando a nossa sessão por volta das 10h ou 10h15m e que as autoridades pudessem ser trasladadas ao Hotel Casino Carrasco entre as 10h15m e as 10h30m. Isto é o que tenho a indicar.

Com relação a esta jornada de trabalho, na ALADI, com a equipe da Secretaria-Geral, tivemos uma sessão de trabalho para nos comunicar com aquelas Chancelarias que não são membros da UNASUL.

Nesse sentido, entramos em contato com o México diretamente para fazer as coordenações porque era interesse de protocolo do Uruguai como trabalhar um adequado protocolo com aqueles chanceleres ou autoridades que comparecerão, mas que não participarão da Cúpula da UNASUL. Falamos com Alejandro de la Peña, eles entraram em contato com o México e, nesse momento, havia uma decisão preliminar da não presença de seu chanceler.

Sou das pessoas que acreditam sempre no copo meio cheio e sei que a porta ainda está aberta e que eles têm interesse – que nós agradecemos, em que o chanceler possa nos acompanhar. A primeira resposta foi que não viria. Porém, a porta ainda não está fechada. Entramos em contato, também, com a Delegação de Cuba, que hoje nos acompanha representada por Igor Azcuy, e nos comunicou que assiste ao Conselho de Ministros da ALADI o vice-ministro do Ministério de Comércio Exterior, Antonio Luis Carricarte Corona, e a assessora Mirna Martínez, comunicação que nos forneceu Igor Azcuy, que assiste à ALADI como representante.

No caso da embaixadora do Panamá, ainda não tem uma resposta de seu chanceler. A chanceler está à espera de outras confirmações da UNASUL. Hoje conversei com a Chancelaria uruguaia a fim de que o chanceler Almagro ligue pessoalmente para a chanceler procurando fazer efetiva sua presença.

É tudo quanto teria a informar sobre esses aspectos, diferentes dos tratados na Reunião de Alternos. A Secretaria-Geral também encaminhou comunicação para que nos informem, ao conjunto das delegações, das confirmações de seus chanceleres, porquanto nem na UNASUL nem na ALADI temos ainda a confirmação de chanceleres e delegações que irão assistir, tanto ao Conselho de Ministros quanto à Cúpula da UNASUL, situação que também queremos mencionar.

No caso da Bolívia – estou recebendo a comunicação neste momento – já está credenciado o embaixador Juan Carlos Alurralde, vice-chanceler do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia e, obviamente, a Representação do embaixador Benjamín Blanco e de Jenny Encinas, representante alterna da Bolívia. A Delegação da Bolívia está confirmada. Temos também a confirmação de Cuba.

Reiteramos a necessidade de preparar da melhor forma o XVII Conselho de Ministros, para além das resoluções. Saudamos mais uma vez as reuniões dos alternos, a necessidade de saber quais as autoridades com as que contamos.

Oferecemos o uso da palavra à ministra conselheira Fátima Trigoso, como coordenadora da Reunião de Representantes Alternos da ALADI. Obrigada, Ministra. A senhora tem a palavra.

Representação do PERU (María de Fátima Trigo Sakuma). Muito obrigada, senhora Presidente. Bom dia a todos.

A seguir, farei a leitura do relatório da coordenação da Reunião de Representantes Alternos.

De conformidade com o mandado emitido pelo Comitê de Representantes em sua sessão ordinária N° 1177, de 26 de junho de 2014, os representantes alternos se reuniram em oito oportunidades sob coordenação da abaixo-assinada, ocasiões em que abordaram temas concernentes à convocatória e à preparação da XVII Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação, particularmente no que diz respeito aos temas da agenda a serem considerados pelos senhores ministros.

Durante as reuniões, foram considerados três projetos de resolução de forma individual: sobre a ampliação da ALADI, a promoção e a facilitação do comércio intrarregional e as ações para facilitar a participação dos setores e de organizações sociais e empresariais.

Quanto ao projeto de resolução sobre a ampliação da ALADI, que inicialmente a Secretaria-Geral chamou de “Fortalecimento do papel da ALADI na convergência latino-americana”, o texto aceito por todas as representações instrui o Comitê de Representantes a identificar mecanismos adicionais para promover a adesão ao Tratado de Montevideu 1980, encomendar o secretário-geral a continuar com os contatos com os países latino-americanos não membros da ALADI e atualizar os procedimentos de adesão de forma a aumentar sua previsibilidade e fazê-los mais expeditos.

Por outro lado, quanto ao projeto de resolução sobre promoção e facilitação do comércio intrarregional, chegou-se a um texto de consenso sobre ambas as temáticas com vistas a multiplicar esforços para garantir o êxito da macrorrodada de negócios multissetorial EXPO ALADI 2014, bem como a fortalecer as ações para incrementar a participação dos empresários da região na estrutura produtiva e social dos países-membros nos fluxos comerciais intrarregionais e nas cadeias de valor da região.

Em matéria de facilitação do comércio, espera-se o avanço na implementação da certificação de origem digital da ALADI, a identificação das ferramentas que puderem ser desenvolvidas e/ou aprofundadas em matéria de simplificação, padronização, procedimentos e processos relativos ao comércio exterior.

No que tange ao projeto de resolução sobre as ações para facilitar a participação dos setores e/ou organizações sociais e empresariais, acordou-se um texto por todas as representações a partir das propostas que foram apresentadas pelas Representações da Bolívia e do México.

Cabe ressaltar a boa disposição das representações mencionadas para se reunir e acordar um texto comum, que foi considerado pelas demais representações.

O referido projeto contempla, entre outros, a identificação de ações adicionais para aprofundar a participação do CASE e do CAT, a coleta de informações disponíveis sobre a participação e contribuição de organizações e movimentos sociais nos diferentes esquemas de integração regional e o convite às organizações sociais a fazerem contribuições para a formulação de mecanismos de participação na ALADI.

Durante o desenvolvimento das reuniões, as delegações analisaram um projeto de resolução mediante o qual eram estabelecidas as diretrizes para uma agenda estratégica, mas, conforme o informado pela Secretaria-Geral, 70% dos temas fazia parte de outras resoluções ou estava contido no programa de atividades da Associação, razões pelas que foi desestimado continuar com sua negociação.

Considerou-se, também, que os temas remanescentes não tinham suficiente peso como para sustentar outro projeto de resolução e, aliás, careciam de conteúdo político como para fazer parte de uma declaração. Por isso, foi considerado documento de trabalho e indicou-se às delegações a possibilidade de apresentar propostas individuais sobre algum tema de seu interesse contido no referido projeto.

As representações concordaram em elevar ao Comitê de Representantes os seguintes documentos em pastas das delegações para serem considerados pelo Conselho de Ministros e que serão publicados após a aprovação do Comitê, a saber, primeiro: Projeto de Resolução sobre a Ampliação da ALADI, que será publicado como ALADI/CM.XVII/PR 2. Segundo: Projeto de Resolução sobre Promoção e Facilitação do Comércio Intra-regional, que será publicado como ALADI/CM.XVII/PR 3. Terceiro: Projeto de Resolução sobre Ações para facilitar a Participação dos Setores e Organizações Sociais, Empresariais e Trabalhistas no Processo de Integração Regional, que será publicado como ALADI/CM.XVII/PR4.

Também, receberam-se dois projetos de declarações apresentadas pela Representação Argentina: Respaldo na Defesa da Reestruturação de sua Dívida Soberana e em seus Legítimos Direitos na Disputa da Soberania relativa à posse das Ilhas Malvinas, os quais estão à consideração dos países-membros e serão analisados pelos Representantes Alternos na reunião a realizar-se no dia de amanhã, 15 de agosto, e colocados à consideração do Comitê de Representantes numa reunião prévia à do Conselho de Ministros.

Por outro lado, apresenta-se ao Comitê de Representantes a Ordem do Dia detalhada que contempla os horários propostos pelas representações para cada ponto, levando em consideração a limitação de tempo que terão os senhores chanceleres, bem como a agenda provisional em forma de documento do Conselho de Ministros, e a agenda provisional anotada que permite efetuar uma primeira aproximação aos temas.

A Secretaria-Geral também está preparando as versões preliminares dos relatórios da Presidência do Comitê de Representantes e do secretário-geral para o período 2011-2014 para sua posterior consideração por estas autoridades.

Finalmente, quero agradecer a boa disposição e o espírito de colaboração manifestado por todas as delegações no decorrer das dez sessões realizadas, bem como o apoio da Secretaria-Geral, tudo o qual permitiu levar adiante as sessões do Grupo de Alternos. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Ministra Conselheira María de Fátima Trigos Sakuma, pela tarefa do conjunto dos representantes alternos da ALADI.

Temos em pastas ou à vista do conjunto dos embaixadores e representantes da ALADI o conjunto de aspectos para resolver ou assuntos pendentes.

Temos três resoluções por aprovar, que foram assinaladas como Projetos de Resolução ALADI/CM.XVII/PR 2, PR 3, PR 4. Temos pendentes duas declarações que serão vistas no dia de amanhã na Sessão de Alternos, referidas a duas propostas

realizadas pelo México e temos um relatório relativo aos avanços no trabalho dos horários para o Conselho de Ministros avançar nesses temas.

Portanto, a única coisa para ver nesta sessão é o que foi encerrado nas reuniões de Alternos, ou seja, os três projetos de resolução, já acordados pelos Alternos, que são submetidos à consideração e à aprovação do Comitê de Representantes, sabendo, claro, que a aprovação definitiva cabe ao Conselho de Ministros e que nós já temos avançado nestas discussões mediante nossas Delegações e os Alternos que já assistiram ao total dessas dez reuniões.

Colocamos à consideração estes três projetos: PR 2, referido à ampliação da ALADI; PR 3, referido à promoção e à facilitação do comércio e; PR 4, referido à ação para a facilitação da participação das organizações.

Sobre isto, temos uma metodologia para sugerir. Temos a possibilidade de aprovar as três resoluções e temos a possibilidade de aprová-las uma por uma. Há uma delegação que proporá uma observação com relação a uma das resoluções, porque assim lhe foi manifestado à Presidência do Comitê antes do início da sessão, que é a Delegação do Brasil.

Oferecemos a palavra à Delegação do Brasil.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhora Presidente. Eu teria uma observação a fazer a respeito do projeto de resolução sobre “Ações para facilitar a participação dos setores das organizações sociais, empresariais e trabalhistas no processo de integração”, conforme sugerido pela Delegação da Bolívia, com quem eu já conversei hoje pela manhã e esclareci ter recebido hoje mesmo instruções da minha capital, no sentido de discutir um pouco mais esse projeto de resolução, sobretudo da parte resolutiva, que me foi solicitado que fosse um pouco mais diluída e poder deixar um pouco mais precisa.

Eu não tenho, no momento, uma proposta para fazer e sugiro que essa resolução seja encaminhada para a reunião de alternos amanhã, mas eu posso adiantar, desde já, que temos dificuldades, por exemplo, em mencionar, como no parágrafo segundo da resolução, quando se menciona “participação e contribuição de organizações e movimentos sociais nos diferentes esquemas de integração”, ao tempo que é muito amplo também deixa de ser muito amplo porque nós temos também outros fóruns que não são da integração, que são paralelos. São reuniões paralelas às reuniões de cúpulas e são movimentos sociais importantes, como, por exemplo, o Fórum de Porto Alegre, que é independente e é muito eficiente.

Gostaríamos de deixar isso um pouco mais diluído, de forma a não fechá-lo em movimentos sociais de integração. No parágrafo terceiro, também quando mencionamos “as organizações sociais dos países-membros”, elas não são dos países membros, são organizações sociais muito independentes, não têm relação com o governo. Em consequência, o quarto parágrafo também teria que ser reescrito, de modo a contemplar isto.

Em português, temos dificuldades com a palavra “mecanismos”. Para nós, a palavra “mecanismos” muitas vezes significa “instância”, “instância institucional”. Isso pode ser interpretado como uma instância que leva a gerar contribuições adicionais, contribuições financeiras que exigem recursos que, de plano, posso dizer que para o Brasil isso é muito difícil neste momento. Teríamos que procurar outra palavra, uma outra maneira de dizer a mesma coisa sem usar essa palavra.

A minha sugestão, se a presidência pode colher, é de que essa resolução que, obviamente, está na mesa e que nós gostaríamos de aprovar fosse amanhã para a reunião de alternos, para que nós pudéssemos hoje à tarde trabalhar um pouco nela, inclusive, poderíamos até contatar a Delegação da Bolívia, fazer consultar e trazer amanhã para a reunião de alternos. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Muito amável. Damos a palavra a Hugo Saguier, representante do Paraguai. Antes, gostaria de agradecer ao senhor porque o meu pedido de confirmação de seus chanceleres foi muito rápido, porque ele já confirmou. Agradecemos muito a presença de seu chanceler. Muito obrigada.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Muito obrigado, Presidente. Gostaria de começar cumprimentando e me solidarizando com o povo equatoriano, que sofreu um terremoto há dois dias, justamente quando estávamos reunidos celebrando a festa pátria. Enviamos toda a nossa solidariedade neste momento.

Queremos acompanhar a proposta brasileira. Consideramos as justificativas da Delegação do Brasil pertinentes e consideramos que este tema merece um tratamento adicional. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Oferecemos o uso da palavra ao embaixador Blanco, em representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidente. Como mencionamos desde o começo, temos toda a disposição para trabalhar neste tema. Para nós é importante, sim, poder começar a trabalhar com os movimentos sociais, com a sociedade civil, que são mandados inclusive de outros fóruns, de outros espaços maiores, aos que os nossos países também têm aderido.

Tentamos analisar a linguagem já adotada. Porém, temos toda a flexibilidade para poder trabalhar sobre o assunto. Gostaria de solicitar que, antes de tratar do assunto entre todos os alternos, conferíssemos com o Brasil a possibilidade de apresentar uma proposta para não trazer toda a discussão aqui, mas apenas o que já estiver mais elaborado e for mais ágil para a discussão neste pleno. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Muito amáveis. O México tem o uso da palavra.

Representação do MÉXICO (Felipe Enríquez Hernández). Obrigado, cara amiga. Primeiro, só uma pequena observação com relação às declarações. A proposta foi realizada pela Argentina, não pelo México. Só queria fazer essa aclaração, sobretudo para que, em atas, conste o correto.

Segundo, escutamos com atenção os comentários realizados pela nossa amiga embaixadora do Brasil. Sem dúvidas, é importante buscarmos caminhos para chegar a consensos. Coincidimos plenamente com a ideia de que na Reunião de Representantes Alternos de amanhã possamos chegar a um acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. O embaixador da Argentina tem o uso da palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Manuel Abal Medina). Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, queria agradecer o trabalho realizado pela representante alterna do Peru pelas reuniões tão frutíferas que tivemos até agora e que continuaremos tendo até amanhã para todas as tarefas que temos pendentes.

Também, queria agradecer a todos os países-membros pelo apoio e a solidariedade que demonstraram uma e outra vez com estas duas temáticas que preocupam o conjunto dos países da região, que preocupam toda a América Latina. Não temos problema com que as resoluções sejam apresentadas pelo México, seria a mesma coisa se fossem apresentadas por nós. Nesse sentido nos encomendamos a questão que acaba de ser proposta sobre a declaração da participação social. É fácil, estivemos pensando algumas possibilidades para procurar pontos de acordo, creio que não serão muito complexos. Saudamos, sim, a manifestação da Representação da Bolívia de incluir os mecanismos de participação social como instância importante nesta tarefa que temos da integração de dar mais corpo à integração regional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador.

Em primeiro lugar, é uma questão de ordem. Peço desculpas se falei México em vez de Argentina. Temos pendente para a Décima Primeira Reunião de Alternos de amanhã as duas declarações apresentadas pela Argentina. Considero isto importante.

Sobre o ponto exato da agenda em que nos encontramos, procederemos à aprovação. Sabemos que todas as aprovações têm caráter preliminar, as aprovações finais serão feitas pelos ministros. Procedemos, então, a aprovar os Projetos de Resolução ALADI/CM.XVII/PR 2 e PR3, referidos à ampliação da ALADI e à promoção e facilitação do comércio internacional. Nestes casos, não havendo observações, dão-se por aprovadas e, no caso do terceiro projeto de resolução, para que também conste em atas, a embaixadora do Brasil fez uma importante exposição no sentido de que não há propriamente nenhuma observação ao conjunto do projeto de resolução, mas, basicamente, a um dos aspectos da resolução que tem a ver, também, com traduções, com a própria linguagem, entendendo o tema de mecanismos, de instâncias, como efetivamente dificuldades para a aprovação, não no sentido de observar mecanismos da participação da sociedade nem de outros entes em nossos âmbitos.

Eu quero solicitar o sugerido pela Bolívia. Se pudéssemos acordar o texto entre a Bolívia e o Brasil antes de amanhã a fim de o resolutivo final do projeto de resolução chegar à Reunião de Alternos acordado da melhor maneira possível, seria uma forma de acelerar o trabalho da coordenadora de Alternos. Porque sugiro isto? Porque na agenda do dia de amanhã temos duas declarações. Porém, é importante saber que, além das declarações, devem passar tanto pela Reunião de Alternos quanto pelo Comitê de Representantes o relatório da Presidência, do secretário-geral. Também há outras resoluções e estamos a sete dias da realização do Conselho de Ministros.

Isto significa acelerar o processo de debate destas resoluções ou destes projetos que, não estando finalizados, deveriam ter data limite, por exemplo, este projeto de resolução PR 4 para amanhã e outros instrumentos ou documentos que devemos apresentar ao Conselho de Ministros.

Com isto, sugiro que o Brasil e a Bolívia tenham uma reunião prévia à Reunião de Alternos de amanhã à tarde a fim de levar o texto já acordado, porquanto foi trazido um projeto de resolução já acordado na Reunião de Alternos. Há que avançar rapidamente para terminar estes materiais para serem apresentados e elevados de maneira definitiva às nossas capitais.

Os embaixadores da Bolívia e do Paraguai pediram o uso da palavra. Oferecemos a palavra ao embaixador Blanco.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado. Queria fazer uma consulta. Mais uma vez, o Comitê de Representantes teria de se reunir para poder aprovar o projeto de decisão sobre participação de movimentos sociais porque, se estamos aprovando dois e não o nosso, chegarão dois com número e um sem número à reunião de ministros e temos sete dias. Não sei se haverá outra reunião do Comitê de Representantes nestes próximos sete dias ou como vamos fazer. Estamos preocupados porque estamos aprovando dois e o nosso pode ficar como não aprovado.

PRESIDENTE. Agora atendemos à sua preocupação, senhor embaixador. Embaixador Saguier.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero) Simplesmente, queria perguntar ao Brasil o seguinte: se nesta resolução se fala da ampliação da ALADI, acredito que estamos falando da ampliação do número de membros da ALADI, não da sede. Também, se a palavra “mecanismos” que está no artigo 1º gera a mesma preocupação do que no caso da resolução anterior, isto é, se nesse caso “mecanismos” é aceitável ou não.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixador. Para não recomeçar o diálogo, a embaixadora disse que a palavra “mecanismos” podia ser equivalente de “instância”, diferente do espanhol. Para nós, um mecanismo não é necessariamente uma instância. Porém, para atender à preocupação do embaixador Blanco, que consulta e eu consulto com o Comitê de Representantes, o que podemos fazer é reservar o projeto de resolução sob um número e amanhã fazemos a observação específica a esta correção de redação porque entendemos que não estamos observando o critério de conjunto da resolução nem o sentido nem a natureza da resolução. Estamos observando um elemento de redação da resolução que possa satisfazer da melhor maneira a Delegação do Brasil.

Ofereço a palavra à Argentina, que tinha solicitado, e depois à embaixadora do Brasil.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Simplesmente, queria lembrar algo que tinha sido analisado nas últimas duas reuniões de Alternos e que foi o que motivou que a sessão de hoje fosse uma sessão reservada ao âmbito do artigo 14 do Regulamento do Comitê de Representantes para não prejudicarmos o conteúdo das resoluções que depois serão efetivamente adotadas na Reunião do Conselho.

Nesse sentido, na Reunião de Alternos da segunda-feira, foi acordado que não ia ser aprovada uma resolução do Comitê de Representantes elevando os projetos, como em outras oportunidades, mas que o Comitê ia conhecer os textos comuns, o nível de consenso que havia e que iam ser colocados à consideração dos ministros no Conselho. Isto foi discutido porque na reunião de amanhã iam ser tratados os dois textos das declarações e, talvez, não ia haver tempo para outro comitê segunda, terça ou quarta-feira da semana que vem.

O entendimento da Representação Argentina é que pode haver, sem necessidade de um novo Comitê, uma elevação para consideração dos projetos ao Conselho de Ministros. Nesse sentido, o mesmo tratamento que teriam as duas declarações poderiam ter o projeto de resolução sobre participação de organizações e setores sociais, empresariais e trabalhistas com base ao assinalado pelo Brasil ou,

eventualmente, também a ampliação no artigo 1º que, em lugar de mecanismos, o Brasil precisa de um termo como “ações”, “procedimentos”, “instâncias” ou algum outro sinônimo.

Nós sugeriríamos que, se possível, fosse decidido esse mesmo mecanismo que para as declarações, para o caso da resolução de participação social. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Ministro. A Delegação do Brasil tem o uso da palavra. Embaixadora.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Obrigada, Presidente. Eu quero agradecer ao embaixador Saguier por ter levantado esse ponto porque realmente eu não tinha me dado conta e estive hoje pela manhã olhando dicionários da Real Academia Española, do Houaiss do Brasil, e pensei como é que eu junto isso aqui? E cheguei à conclusão de que em português, para nós seria aceitável usar a palavra “meios” porque consegui emparelhar com o dicionário inglês que dizia “ways and means” e realmente é isso mesmo o que queremos dizer e não uma palavra que em português soa muito forte como “mecanismo”. O Brasil ficaria muito satisfeito se na tradução em português pudesse usar a palavra “meios”. Obrigada.

PRESIDENTE. Meios. Submeto à consideração as duas propostas com relação a este Projeto 3. Uma: que lhe seja designado um número, que estava previsto; e duas: que não tenha que vir ao Comitê de Representantes, mas que esta modificação de redação seja de consenso dos Alternos. Estas são as duas propostas que colocamos à consideração dos senhores Representes da ALADI de não haver opiniões contrárias. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Felipe Enríquez Hernández). Obrigado. Sem dúvidas, as duas opções têm como objetivo a aprovação dos temas. Minha opinião, humilde e pessoal, é que esta é a nossa principal responsabilidade e, se for conveniente termos outra reunião do Comitê de Representantes, temos que tê-la. Se é o mais eficiente e se não há problemas de tempo nem de forma pode ser que voltemos a nos reunir previamente ao Conselho de Ministros. Considero que o mais importante que temos que fazer é precisamente isto. A nossa proposta é que não temos inconveniente em nos reunir de novo se isso fortalecer o trabalho que estamos realizando. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Por favor, Embaixador Blanco.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado. Agradeço muito a explicação da presidência e da Argentina. Entendemos que as três ficam sob número de proposta de resolução, só que as três ficam abertas, pelo que ainda continuam a ser debatidas em Alternos. Não teríamos nenhum problema.

PRESIDENTE. As três ficam sob número de resolução. Não estão todas abertas para serem discutidas em Alternos porque a número 1 e a número 2 estão absolutamente fechadas. A única que fica aberta a um texto de redação alternativo é a número 3 que, se precisar de uma ratificação no CORE, será feita no CORE. Eu quero invocar à reflexão que nos faz o embaixador do México.

Eu estimo, sim, que será necessário um novo Comitê de Representantes. Não estamos em condições de chegar ao Conselho de Ministros sem um novo Comitê de Representantes. Porém, faço a seguinte reflexão: não deveria ser o seguinte Comitê de Representantes um Comitê para refletir sobre qual foi o texto alternativo à redação da resolução pendente no texto resolutivo referido pela embaixadora do Brasil, mas ao

conjunto de outros temas que, como documentos que ainda não foram analisados, precisamos dar atenção para o Conselho de Ministros XVII e que deveriam ser o assunto principal das nossas seguintes sessões. Deveríamos coordenar a partir de agora a nossa disponibilidade para um CORE prévio ao dia 21 que preparar tudo da forma mais adequada possível para facilitar o trabalho do Conselho de Ministros.

Damos o uso da palavra aos embaixadores do México, da Colômbia e do Paraguai.

Representação do MÉXICO (Felipe Enríquez Hernández). Obrigado. Basicamente, farei uma revisão quantitativa. Temos duas declarações e três resoluções, duas já são de total consenso, entendo que é assim. A nossa tarefa são cinco temas, a proposta do México é de poder avançar com as primeiras duas e focar a seguinte reunião nas três pendentes para poder fechar o leque, avançar e focar-nos na seguinte reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Damos o uso da palavra ao embaixador da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhora Presidente. Antes de tudo, quero fazer um reconhecimento especial à coordenação do Peru do grupo de Alternos e um reconhecimento especial também aos nossos colegas alternos porque durante estas semanas têm trabalhado intensamente e creio que chegamos a um ótimo nível de consenso em torno destes projetos que estão à consideração do Comitê.

Concordo com a ideia de que, se for necessário, podemos fazer uma reunião adicional na semana que vem. Há que ter presente que para esse momento haverá reuniões de caráter técnico, preparatórias da UNASUL, e que talvez alguns dos aqui presentes tenhamos que assistir a algumas dessas reuniões.

Queria fazer um comentário sobre a última proposta feita pela colega do Brasil. Sem tentar negociar neste momento, creio que a expressão que encontrou graças à consulta criteriosa em dicionários, tanto em espanhol quanto em inglês, a palavra “meios”, é muito adequada. É uma formulação muito aceita nos mecanismos multilaterais. Não gostaria de me referir ao termo inglês, mas a formulação “meios” e “arbitrios” que se utiliza nas Nações Unidas é bastante apropriada. Neste caso, se o Brasil e a Bolívia puderem conviver com o termo “meios” seria uma ótima proposta, que a Colômbia estaria apoiando com muito entusiasmo. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Embaixador Saguier. Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Obrigado, Presidente. Eu, justamente, queria fazer referência à palavra sugerida pelo Brasil, mas para o projeto 1. Eu perguntava sobre o projeto 2 e sobre a palavra “meios” na resolução sobre ampliação do número de membros da ALADI, me sinto mais à vontade que com “mecanismos”. Se, amanhã, em Alternos, o tema for tratado, nós insistiremos em trocar a palavra “mecanismos” por “meios”, enquanto os temas não forem encerrados.

O que queremos fazer é evitar que depois sejam os chanceleres os que debatam as palavras. Esse é o objetivo. Esta noite consultarei com o Aurélio sobre a palavra “meios”, mas eu gosto.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Por favor, a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Muito obrigado, Presidência. Simplesmente, queria fazer um esclarecimento. Nós não dissemos que não estávamos em condições de reunir o Comitê. O que acordamos na Reunião de Alternos foi que esta sessão ou, eventualmente, outra que se realizar semana que vem, tenham caráter reservado e que os projetos com textos de consenso e com número de resolução não forem elevados com uma resolução do Comitê de Representantes, como foi feito em alguma oportunidade, mas que, simplesmente, ficasse constância em Atas deste Comitê e do próximo que tivermos de que os textos são de consenso e que se submetem à consideração do Conselho.

Este entendimento de alternos procurava evitar juízos prévios sobre o texto final que resultar da Reunião do Conselho e era relativo às declarações, mas podemos fazê-lo extensivo às resoluções. Isto é o que queríamos assinalar: que se estaria deixando constância em nota de que são textos de consenso e de que concordamos com a proposta de modificar “mecanismos” por “meios”, no caso da resolução de ampliação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada pelas intervenções. Como condutora desta sessão, cabe-me assinalar o seguinte como conclusão deste ponto: faz-se necessária uma nova reunião do CORE. Temos que preparar, da forma mais adequada, o Conselho de Ministros, ter uma reunião do CORE em que saibamos quais os chanceleres ou autoridades plenipotenciárias que assistirão a este Conselho de Ministros. Na Secretaria temos que preparar outros documentos que não passam pelo CORE, mas que, sem dúvidas, será informado dos documentos prontos, temos ainda que ter previsto qualquer inconveniente que surgir e é esta a instância encarregada de fazê-lo.

Também, damos por aprovadas a numeração e as resoluções que foram apresentadas sob números 2 e 3 e, para o caso da resolução sobre ação para as facilidades, fica claro que estamos aprovando seu número, o conteúdo, a natureza e a resolução e que o Brasil e a Bolívia farão essa modificação, entendendo que há consenso com a palavra “meios” para fazer a mudança de redação. Cabe-me fazer um esclarecimento de que esta aceção, “meios”, como o melhor equivalente frente a “mecanismo” ou “instância”, não está sendo utilizada para a resolução de facilitação do comércio. Está sendo utilizada para a resolução de ações para facilitar a participação dos setores e organizações sociais, empresariais e trabalhistas no processo de integração regional.

Encerramos este ponto aqui. Teríamos que deixar a coordenação encarregada e, por meio da Secretaria-Geral, coordenar com o conjunto das representações qual a melhor data antes do dia 20 ou até dia 20, como máximo, para uma nova sessão do CORE, que possa trabalhar o conjunto dos aspectos pertinentes. Tomamos nota de que deixamos constância de que estamos apresentando ao Conselho de Ministros textos de consenso para facilitar o conjunto das decisões a serem tomadas pelo XVII Conselho de Ministros e para as nossas autoridades saberem que houve uma adequada discussão. Amanhã é a reunião décima primeira. Acredito que haverá outras, já que é pouco provável encerrar o conjunto dos textos apresentados em uma só reunião e, portanto, agradeço enormemente a boa vontade e os cumprimentos aos membros alternos, bem como a coordenação que vem sendo realizada.

Há uma solicitação do uso da palavra do embaixador Saguier para passar ao seguinte ponto.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Obrigado, Presidente. Eu queria, tentativamente, sugerir que programássemos essa reunião do Comitê para terça-feira porque quarta-feira, como assinalava apropriadamente o

embaixador da Colômbia, teremos a chegada das delegações. Mais de um país terá que estar dedicado a essa tarefa e várias comissões estarão funcionando no âmbito da UNASUL. Porém, seria melhor na terça-feira porque, já que estamos falando de um Conselho de Ministros, seria bom que fossem os Representantes Permanentes que dessem sinal verde final. Até terça-feira teremos mais tempo, depois será mais complicado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Temos uma proposta de encerrar esse tema marcando a próxima reunião do Comitê de Representantes da ALADI. É sugerida a terça-feira. Se não houver inconvenientes, marcamos a reunião para terça-feira para as 10 da manhã. Fica convocada a próxima reunião do Comitê de Representantes para terça-feira às 10 da manhã.

5. Relatório da coordenadora de Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas relativo aos resultados da III Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Estatísticas de Comércio de Serviços.

... Passamos ao ponto 5 da Ordem do Dia: Relatório da coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas relativo aos resultados da Terceira Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Estatísticas de Comércio e Serviços.

Ofereço a palavra à ministra Luz Marina Rivera, coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas.

Representação da COLÔMBIA (Luz Marina Rivera Rojas). Obrigada. É um prazer para mim anunciar que na Terceira Reunião de Funcionários Especializados em Comércio Internacional de Serviços tivemos participação completa dos treze países. Sem dúvidas, é uma questão que merece ser salientada. Também, destaco o nível e o grau de profundidade dos intercâmbios técnicos que não foi possível fazer. Os nossos delegados demonstraram ter uma capacidade técnica altíssima, capacidades nacionais instaladas que, embora possam precisar reforço, não constituem o coração do problema, tal como foi diagnosticado de primeira linha por nossos especialistas.

A reunião é apropriada para cumprir com a atividade do programa de atividades, cujo indicador de cumprimento é precisamente apresentar ao Comitê de Representantes o programa de cooperação aperfeiçoado. Procuramos que os nossos técnicos nos deram orientações, tendo em vista o programa, sobre as atividades e sobre o contexto exato do que está acontecendo e sobre as melhores oportunidades para este programa de cooperação.

Saliento também o mecanismo de preparação da reunião, como a tarefa da Secretaria de coletar, previamente, por meio do Fórum Virtual, pré-diagnósticos feitos ao longo do ano 2013 e que foram bastante pertinentes para o sucesso da reunião. O funcionamento do Fórum Virtual permitiu um pré-diagnóstico feito por nós, por nossos próprios países.

Também, acudimos a uma excelente experiência que teve o Projeto Piloto de Certificação de Origem Digital, que foi a elaboração de uns Termos de Referência exatos que identificavam e descreviam o cerne, o objetivo da reunião e a representação institucional mais pertinente para que todos pudessem dialogar, que nenhuma delegação se sentisse fora do diálogo, o que foi destacado.

Eu saliento o fato de termos acudido a esta experiência prévia de tomar e de elaborar os Termos de Referência baseados nesta experiência do Projeto Piloto do

COD, que foi uma das primeiras atividades que se fizeram, e acredito que esta é uma das questões que hoje se veem refletidas no avanço do COD. Também, a interação com um organismo regional como a CEPAL, que passou, a meu ver, de querer trazer-nos uma oferta de cooperação a realmente nos escutar. A atitude da CEPAL e da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas foi a de escutar e de entender qual é o problema, qual é o transfundo real do que os países precisam, que é algo em que nós insistimos em que podemos agir pelas nossas demandas e não por ofertas de organismos.

Eu valorizo muito o fato de a CEPAL ter apoiado a Secretaria-Geral na preparação da agenda, distribuindo apresentações que não foram as típicas do globo terráqueo e do meu país, mas que foram ao coração dos temas, já que a CEPAL já conhecia os temas que as nossas entidades estatísticas vinham trabalhando com mais ímpeto. Foi aberto o diálogo e foi de verdade dinâmico, altamente técnico e muito orientador.

Os técnicos salientaram que a agenda foi dividida basicamente em três pontos. Um, sobre fontes e mecanismos de compilação ou padrões de compilação; outro, sobre os mesmos padrões internacionais, que esteve a cargo da CEPAL e da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas; e outro, sobre elementos que iriam requerer um futuro para além de questões em matéria de estatísticas por modos de serviços e de investimento. A CEPAL e as Nações Unidas entenderam que esse é um limiar que precisará que atravessemos um curto, um médio e um longo prazo. A grande contribuição que nos deram nossos técnicos é que há um problema, que é compartilhado por doze dos treze países, de que não há legislação nacional que obrigue os operadores comerciais a oferecer informações. Temos um problema de raiz. Como me disse o funcionário colombiano, os operadores comerciais preferem pagar multas e não oferecer informações. Isto é um problema compartilhado.

Esse problema existir no núcleo não é problema nem de padrões, nem de capacitação do recurso nacional, mas é um problema que cada país teria que resolver no país, como obriga e evita o tema da confidencialidade das fontes que impede que tenham números, dados, que agora estão completando com técnicas metodológicas, completam de um setor com outros, com dados migratórios, com exportações.

Falou-se de que a maior correlação entre o comércio de bens e de serviços está contribuindo para isso, mas que realmente estão chegando como ferramentas *ad hoc* para poder preencher esse vazio. Somente um país conta com ela e a faz cumprir para os operadores comerciais oferecerem essa informação e, evidentemente, é o país de maior desenvolvimento. Com esse entendimento, ajustou-se que os países ofereçam suas bases de dados atuais, entendendo que as bases de dados têm essa dificuldade.

A Secretaria-Geral analisará essas informações e tentará buscar linhas transversais que possam dizer, por exemplo: “Dos doze países, onze informaram sobre isto, cinco informaram sobre aquilo, um informou sobre isto”. Sobre essa decantação, a ideia é que a Secretaria-Geral nos diga: “De doze países, onze informaram sobre isto”. Aí há possibilidades de avançar. Isso foi como nos plantar na terra e dizer: “Há um desafio nacional que implicaria modificar nossas legislações nacionais, harmonizá-las”. Os técnicos também disseram que podemos ir avançando em algumas ações de curto e médio prazo e deixar as de longo prazo para depois, dialogando, tendo debates. Por exemplo, foi aberta uma porta de uma maior correlação entre os bens e os serviços e a forma como pode ser essa porta de entrada, a qual continuará a ser tratada no Fórum Virtual, que tão bons resultados tem nos trazido nesse sentido.

Com todas essas contribuições, com esse marco de realidade que nos deixaram nossos técnicos, poderemos avançar, mas tentaremos, com estes elementos, voltar ao programa, aperfeiçoá-lo e deixá-lo para o fim do ano, respeitando o indicador de cumprimento. Eu fiz ver isso na reunião. Os serviços parecem ser lebres e as nossas instituições, não por incapacidade, parecem tartarugas porque “serviços” é uma questão muito dinâmica, complexa, difícil de abordar. Creio que temos que aproveitar este momento, o interesse dos organismos, o entendimento que há dessas circunstâncias que não qualifico como falho, mas, no meio, levando isto em consideração, o Grupo de Trabalho se reunirá segunda-feira para começar a trabalhar todos esses insumos. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Ministra. Agradeço o relatório. Os nossos melhores auspícios para os desafios sugeridos e para os do final do ano. Muito obrigada.

6. Assuntos diversos.

... Temos agora o ponto 6: Assuntos Diversos. Neste ponto, temos considerado dois temas que foram sugeridos pela Delegação do México. Antes disso, assinalamos que, entre o CORE anterior e este novo Comitê de Representantes, ao que todos comparecemos, assistimos às celebrações da Colômbia, do Equador, da Bolívia, e queremos felicitar e saudar estas celebrações nacionais em que temos participado. É um prazer podermos compartilhar também outros momentos e outros espaços, com os outros colegas, com os embaixadores de todos esses países. Nesse sentido, é importante esta forma de integração.

Após estas breves palavras, damos o uso da palavra ao embaixador do México, que ontem nos solicitou incorporar em Assuntos Diversos um relatório que quer nos apresentar relativo às reformas estruturais que estão sendo levadas adiante no México.

Obrigado, Embaixador, pelas informações que quer nos oferecer. O senhor tem o uso da palavra.

Representação do MÉXICO (Felipe Enríquez Hernández). Obrigado, prezada presidente do Comitê de Representantes, senhor secretário-geral, prezados embaixadores e representantes alternos.

Para o México, é muito importante divulgar a estratégia de reformas estruturais realizadas nos últimos vinte meses pela atual administração. Neste período de transição, foram incentivadas e aprovadas onze reformas estruturais, a fim de transformar o país e de levá-lo ao seu máximo potencial, consolidando as bases para uma economia mais moderna, mais produtiva e mais competitiva internacionalmente.

Estas reformas foram possíveis em um clima de pluralidade, respeitando as óticas dos diversos agentes políticos, mas procurando que o encontro entre elas favoreça sua aprovação, embora em alguns casos falte a concretização de sua aplicação em leis secundárias. Trata-se de uma administração histórica pela quantidade e pela qualidade dos assuntos tratados.

Como podem ver no terceiro *slide*, as reformas têm três grandes objetivos: 1. Elevar a produtividade do país, que detonará o crescimento e o desenvolvimento econômico. 2. Fortalecer e ampliar os direitos, para que façam parte da realidade cotidiana dos mexicanos. 3. Afiançar o regime democrático e de liberdades, que

permitirá transitar de uma democracia eleitoral para uma democracia que oferecer resultados concretos.

Entre as reformas aprovadas, listarei basicamente onze: a reforma energética, a reforma em matéria de concorrência econômica, em matéria de telecomunicações e radiodifusão, a reforma tributária, a financeira, a trabalhista, a educativa, a nova lei de amparo, a emissão de um código nacional de procedimentos criminais, a político-eleitoral e a reforma em matéria de transparência.

Farei uma breve síntese de cada uma delas.

A reforma energética. A reforma introduz uma profunda transformação na indústria petrolífera mexicana e nas atividades do sistema elétrico nacional para aumentar sua produtividade e incrementar a qualidade dos serviços em benefício das famílias mexicanas. Por um lado, quanto às atividades petrolíferas, a reforma abre a concorrência ao setor privado para atrair investimentos que permitam ampliar a produção de hidrocarbonetos do país, mas conservando a propriedade da nação sobre esses recursos. Por outro lado, o sistema elétrico nacional recebe um incentivo adicional ao permitir a participação de mais empresas na geração de eletricidade, ampliando o mercado atacadista de energia elétrica a fim de reduzir o custo da eletricidade e de impulsionar a transição para energias limpas e estender a cobertura do sistema para as zonas que ainda carecem deste essencial serviço.

Por ser um setor energético, a planificação da rede de transmissão e de distribuição é conservada pelo Estado mexicano, embora também permita a participação de empresas privadas em atividades mediante contratos muito claros e específicos.

A reforma em matéria de concorrência econômica. Atualiza a legislação nesta matéria e fortalece a instituição reguladora encarregada de colocá-la em andamento. Foi ampliado o catálogo de práticas anticoncorrentes e as punições voltaram-se mais rígidas, contribuindo para a proteção dos direitos dos consumidores. O objetivo desta reforma é impulsionar um mercado interno mais competitivo, justo e transparente, que permita que as famílias, especialmente as de rendas menores, tenham acesso a mais produtos e serviços de qualidade a preços mais reduzidos.

Aliás, isto também será traduzido em aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, pois haverá acesso a insumos mais baratos, evitando que as grandes empresas concentrem os mercados.

Reforma em matéria de telecomunicações e radiodifusão. Por um lado, com esta reforma, ampliam-se as liberdades de expressão e de acesso às informações, bem como os direitos dos usuários dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão, posto que o Estado irá garantir que sejam prestados com qualidade em um contexto de pluralidade, concorrência e acesso livre.

Por outro lado, a reforma promove a concorrência em todos os serviços de telecomunicações para os usuários terem mais opções e melhores preços ao contratar televisão paga, telefonia fixa e celular e internet de alta velocidade.

Aliás, esta reforma permitirá atrair investimentos em setores-chave, como o setor da comunicação via satélite e da radiodifusão, incentivando o desenvolvimento das telecomunicações no território nacional.

Reforma tributária. Facilita o cumprimento das obrigações tributárias ao tempo que fomenta a incorporação das empresas à formalidade. Aliás, oferece incentivos adicionais para empreendedores e pequenos produtores do campo para poderem se consolidar. A reforma tributária também contribui para combater a obesidade e para melhorar a qualidade do ar, criando impostos que visam desestimular o consumo de bens nocivos para a saúde e para o meio-ambiente.

Reforma financeira. A reforma tem dois objetivos: outorgar mais crédito e mais barato. Para consegui-lo, é incentivada a concorrência no setor financeiro, a fim de reduzir o custo e de aumentar a oferta creditícia, bem como para melhorar a operação das entidades financeiras e dos organismos reguladores com o propósito de oferecer solidez e confiabilidade ao sistema financeiro.

Também, o crédito é facilitado mediante os bancos de desenvolvimento a fim de aumentar o crescimento dos setores produtivos mais importantes.

Reforma trabalhista. Seu principal objetivo é incentivar a criação de empregos e estabelecer condições de trabalho mais dignas para todos os mexicanos. Com esta reforma, mais jovens, mulheres e adultos têm possibilidades de se desenvolver profissionalmente ao estabelecer novas modalidades de inserção ao mercado de trabalho, tais como os contratos de prova e a capacitação inicial. Da mesma forma, a prática de subcontratação é regulada a fim de evitar o abuso desta figura.

A reforma também oferece maior proteção aos trabalhadores na hipótese de acoso ou agressão, bem como em situações de gravidez, lactância, paternidade e deficiência. Também são fortalecidos os direitos dos trabalhadores rurais e do setor da mineração.

As três reformas transformadoras contribuirão para fortalecer e para pôr em prática os direitos dos mexicanos.

Reforma educativa. A reforma garante o exercício do direito das crianças e dos jovens para uma educação integral, inclusiva e de qualidade. Foi criado o sistema profissional docente, que garante aos professores o ingresso, a promoção, o reconhecimento e a permanência no serviço docente, seja pelo mérito ou pelo trabalho dos professores, substituindo os métodos anteriores, que eram opacos e discricionários.

Com isto, a tarefa fundamental de ensinar será desempenhada pelos mexicanos com mais vocação e capacidade. Aliás, é criado um sistema nacional de avaliação educacional, que será utilizado como um mecanismo de melhoria permanente em benefício dos alunos e não apenas como um instrumento de castigo.

Nova lei de amparo. Este instrumento foi atualizado e fortalecido. Com esta reforma, amplia-se a esfera de proteção para o amparo, já que agora inclui os direitos humanos previstos em todos os tratados internacionais. Também, é melhorada a eficiência da justiça mexicana ao simplificar e modernizar os processos. Agora a apresentação do pedido de amparo poderá inclusive ser apresentada e efetuada aproveitando a assinatura eletrônica.

Emissão de um código nacional de procedimentos criminais. Foi aprovado um código nacional de procedimentos criminais que permite gerar um modelo eficiente de justiça criminal, que garante que todos os mexicanos seremos julgados com os mesmos procedimentos, sem importar o lugar do país em que estivermos.

Este novo código substitui os diversos códigos, ordenados e ordenamentos processuais. Temos 32 Estados – 31 Estados e 1 Distrito Federal – e cada um deles tinha um código processual. Agora, o nacional será um mecanismo eficiente que nos permitirá, principalmente, ter procedimentos comuns em nosso país.

Reforma político-eleitoral. Para conseguir maior colaboração e acordos entre os poderes da União, os mexicanos foram beneficiados. A reforma contempla a possibilidade de formar um governo de coalizão e estabelece outros mecanismos para fomentar a corresponsabilidade entre o Poder Executivo e o Legislativo, como a ratificação dos membros do gabinete.

É recuperada a instituição da reeleição legislativa, presente na redação original da Constituição de 1917, por meio da qual os cidadãos terão a possibilidade de premiar o desempenho de seus deputados e senadores e, obviamente, fazê-los prestar contas.

A reforma outorga maior autonomia às instituições encarregadas, tanto no que tange à procura de justiça quanto à avaliação da política social do governo, garantindo seu profissionalismo e independência.

Também, transforma as instituições e as regras eleitorais que regem nos processos democráticos do México, atualizando-as e aperfeiçoando-as. A autoridade eleitoral evoluciona e se fortalece, tornando-se o instituto nacional eleitoral com capacidade para organizar as eleições em qualquer Estado da República quando a situação assim o requerer, homologando-se a qualidade das eleições em todo o país.

Além disso, a reforma garante a paridade de gênero na designação de cargos de eleição popular, para que homens e mulheres compartilhem a responsabilidade de transformar o México e, obviamente, estabelece mecanismos para que os cidadãos que optarem por um cargo público através de uma candidatura independente concorram nas mesmas condições que os candidatos apoiados por partidos políticos.

Reforma em matéria de transparência. Reforma o Instituto Federal de Acesso à Informação e proteção de Dados, outorga mais faculdades, como interpor ações de inconstitucionalidade, e oferece autonomia constitucional. Também, assentam-se as bases para a criação de organismos autônomos especializados nesta matéria em cada uma das entidades federativas, consolidando um sistema nacional de transparência.

Esta reforma também possibilita que todo mexicano conheça as informações dos três poderes do governo, dos partidos políticos e de toda pessoa, incluídos os sindicatos, que utilizarem dinheiro público.

Todas estas onze reformas se complementam entre elas e partem de uma só estratégia com objetivos concretos. Em seu conjunto, dotam o país de um marco jurídico-institucional que permitirá chegar a um novo México, mais concorrente e mais produtivo, onde os direitos serão exercidos com plena efetividade e onde a democracia e a transparência serão valores fundamentais para os mexicanos.

Prezado Comitê de Representantes: o México está em uma posição sólida para preservar a estabilidade macroeconômica e atingir taxas adequadas de crescimento. Aliás, o meu país é uma das economias que vem realizando esforços importantes para aumentar o potencial crescimento mediante reformas estruturais, orientadas a flexibilizar a alocação de recursos, implementar a concorrência nos mercados e aumentar a produtividade.

Estamos garantindo que as reformas estruturais sejam acompanhadas de uma legislação secundária e de uma implementação apropriada para contribuir grandemente a impulsionar o crescimento econômico no médio e no longo prazo.

Prezados embaixadores amigos, muito obrigado pela sua atenção. Tentei ser o mais breve possível. Enviaremos aos senhores pelo correio eletrônico a ampliação destas onze reformas e colocamo-nos às suas ordens, caso alguém queira aprofundar o tema.

Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE. Embaixador, muito obrigada. É muito amável seu oferecimento de nos enviar a versão escrita de sua exposição, estaremos muito agradecidos por isso e enviaremos com prazer a versão para as nossas capitais.

Damos o uso da palavra, também dentro de Assuntos Diversos, à Delegação do México para abordar o tema do AR8, que tem pendente a aprovação de um acordo cuja numeração já foi proporcionada pela Secretaria-Geral: Acordo nº 363.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidente. Queria somente informar – isto é muito recente, inclusive antes de a reunião começar a situação era outra – que afortunadamente já contamos com o quórum necessário para proceder a convocar à Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8. Temos solicitado sua inclusão em Assuntos Diversos para que fique aprovado pelo Comitê de Representantes, se essa for a opinião dos presentes. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Submetemos à consideração a proposta da Delegação do México. Antes, damos o uso da palavra ao embaixador Saguier em representação do Paraguai. A Secretaria-Geral está circulando o acordo de convocatória da VI Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8 e o que desejamos nesta instância é que a máxima representação aprove no dia de hoje a convocatória a essa reunião e que não tenhamos que esperar a uma seguinte convocatória do CORE, já que temos incluído esse tema também em Assuntos Diversos.

Embaixador Saguier, o senhor tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Obrigado, Presidente.

Tinha pedido a palavra antes porque queria agradecer ao embaixador do México pela sua exposição sobre esta importante decisão política que o seu governo tomou, que leva mais de um ano em seu mandato. No caso do meu país, nesta sexta-feira o nosso presidente estará cumprindo um ano de governo. É um momento muito oportuno para ver como os governantes encaram este desafio que hoje os nossos povos estão reclamando e para convidar os demais países a verem como encaram problemas que são comuns a todos nós. Portanto, quero agradecer especialmente ao embaixador do México, sobretudo porque disse que circulará mais informações e tenho certeza de que a minha capital irá apreciá-la muito.

Quanto ao acordo distribuído, concordo plenamente.

Tenho outro tema que não se relaciona com isto, mas não quero voltar a pedir o uso da palavra. Se me autorizar, Presidente, quero fazer referência à visita que, no dia

de ontem, a presidente da República Argentina fez ao Paraguai, de enorme importância pelos temas que foram abordados, que ampliam os espaços de entendimento político, econômico e social entre os nossos países, que se soma à visita feita pelo presidente Mujica no mês de julho, países muito próximos ao Paraguai. Para o caso da presidente argentina, aliás, há outros temas que não vou relatar, mas a sua visita ocorreu no âmbito de um fato de reparação histórica muito importante do qual a presidente Cristina Kirchner foi protagonista. Queria dizer isso, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Agradecemos também pelo relatório, de tanta importância.

Para manter o procedimento de ordem, voltamos somente ao acordo de convocatória da VI Reunião. Entendo que não há uma opinião contrária, portanto, damos por aprovada a Convocatória da VI Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8, com o Acordo 363. Ratificamos esta convocatória e queremos agradecer a participação de todas as embaixadoras e de todos os embaixadores, representantes e alternos nesta sessão reservada que, como apontou o ministro Ruffi, assim foi estabelecido no Regulamento do Comitê de Representantes, prévio à elaboração do Conselho de Ministros.

"ACORDO 363

CONVOCATÓRIA DA VI REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRADORA DO ACORDO REGIONAL N° 8

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA as Resoluções 59 (XIII) e 70 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO a Quinta Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8, realizada na Sede da Associação nos dias 26 e 27 de novembro de 2013, convocada mediante o Acordo 357 do Comitê de Representantes, (ALADI/COM.ADM.AR.8/V/Ata Final, de 27 de novembro de 2013); e

Que no âmbito dessa Comissão Administradora as Delegações consideraram pertinente convocar uma Sexta Reunião, devido à importância do aperfeiçoamento do Acordo Regional N° 8 como um dos elementos necessários para continuar avançando no processo de integração regional.

ACORDA:

Convocar a Sexta Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional N° 8 para 24 e 25 de setembro de 2014, na sede da Associação, com a seguinte Agenda Provisória.

AGENDA PROVISÓRIA

1. Abertura da Reunião
2. Aprovação da Agenda
3. Tratamento dos temas contidos nos compromissos assumidos na V Reunião:
 - Cooperação reguladora
 - Revisão de comentários e novas observações da proposta apresentada pelo México.
 - Programa Crítico em matéria de Cooperação Reguladora.

- Boas Práticas de Regulamentação e Avaliação da Conformidade
 - Discussão sobre informações enviadas pela Secretaria sobre os documentos existentes de Boas Práticas de Regulamentação elaborados por outras organizações internacionais, regionais ou nacionais, e informações transmitidas pelos demais países.
 - Assistência Técnica
 - Revisão do estado que guarda provisão de assistência técnica nos países da ALADI.
 - Recepção de novas solicitações na matéria.
 - Mecanismos de consulta
 - Comentários enviados pelos países à proposta do México.
 - Estudo das alternativas propostas para incorporar este mecanismo de consultas ao AR8.
 - Transparência
 - Apresentação do relatório da Secretaria sobre o novo sistema de notificação automático da OMC, com vistas à realização de notificações simultâneas OMC-ALADI.
 - Revisão da atualização do documento ALADI/COM.ADM.AR8/V/dt 2.
 - Tratamento especial e diferenciado
 - Apresentação da Secretaria sobre avanço deste tema no âmbito do Comitê OTC.
4. Assuntos diversos.
 5. Conclusões e aprovações da Ata Final.
 6. Encerramento da Reunião."

... Ficamos, portanto, autoconvocados para a terça-feira, às 10 am, para um CORE que será um CORE final ou um Comitê de Representantes preparatório do Conselho de Ministros XXVII.

Agradecemos à Chancelaria uruguaia, ao embaixador Alejandro Mernies e estendemos o nosso agradecimento ao chanceler pela enorme disponibilidade da Chancelaria para que os chanceleres nos honrem com sua presença no próprio local da ALADI, sede institucional, como solicitado também por algumas outras Delegações que não participam da Cúpula da UNASUL.

Isto, sem dúvidas, complica os assuntos de protocolo, de logística, de transporte, de segurança, de imprensa. Porém, é importante termos ratificado essas questões.

Estendo meus agradecimentos pessoais e institucionais e, obviamente, teremos que estar coordenados de forma permanente, muito mais nestes sete dias que temos prévios à realização.

Desde a Secretaria, abordaremos o conjunto dos temas da agenda. Temos preparado, também, um horário para a agenda, que colocaremos à disposição de todas as missões para chegar da maneira mais adequada ao Conselho de Ministros e que enviaremos ao chanceler Almagro, como condutor da reunião porque assim é estabelecido no regulamento da ALADI para a condução da sessão, que tem por sede Montevideu.

Agradecemos a todas as embaixadoras e aos embaixadores pela sua presença, aos alternos por todo o trabalho feito de forma tão eficiente e salientamos a necessidade da aprovação das declarações que temos pendentes porque até terça-feira ficam somente como dias úteis sexta e segunda. Se não forem aprovadas amanhã, sexta-feira, os alternos terão que se declarar em sessão permanente para aprovar o conjunto dos temas que teremos pendentes.

Agradeço muito a presença de todos. Muito obrigada. Boa tarde.

- *Encerra-se a sessão.*
